

Política de educação superior e os programas de permanência para universidades públicas – 2003-2010¹

Higher education policies and programs of permanence for public universities – 2003-2010

Débora Nepomuceno de Souza*

Mariluce Bittar**

* Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Educação na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

E-mail: debora.nepomuceno@hotmail.com

** Doutora em Educação (UFSCar). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior (GEPPEs). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: bittar@ucdb.br

Resumo

Este artigo apresenta a análise dos programas de permanência implementados nas universidades públicas de Mato Grosso do Sul, em específico a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), de 2003 a 2010, no âmbito das políticas de expansão da educação superior. Como procedimentos metodológicos, foram utilizados: a) análise documental e de legislação; b) entrevistas semiestruturadas com alunos bolsistas dos programas de permanência da UFMS. Os resultados indicam que no governo de Luiz Inácio Lula da Silva foram implementados e/ou regulamentados programas de educação superior para possibilitar a permanência dos estudantes nesse nível de ensino, como por exemplo, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Demonstram também que a permanência na IES pública não se restringe à matrícula, mas às condições econômicas para arcar com as despesas mínimas exigidas para cursar a educação superior. Conclui-se que as políticas públicas não devem garantir apenas o acesso; necessário propiciar também a permanência e a conclusão do curso em que o aluno está matriculado.

Palavras-chave

Política de Educação Superior. Programas de Permanência. Universidades Públicas.

¹ Este artigo foi elaborado tomando como base a pesquisa "Política de Educação Superior e os Programas de Permanência para Universidades Públicas – um estudo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – 2003-2010", de autoria de Débora Nepomuceno de Souza (2012), desenvolvida como Dissertação de Mestrado, sob a orientação da professora Mariluce Bittar, com o apoio financeiro da CAPES e do CNPq. Neste texto, as autoras trabalharam conjuntamente no sentido de analisar alguns aspectos que mereceram mais aprofundamento teórico.

Abstract

This article presents an analysis of the programs implemented in the remaining public universities of Mato Grosso do Sul, in particular the Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), from 2003 to 2010, under the policies of expansion of higher education. Methodological procedures were used: a) document analysis and legislation, b) semi-structured interviews with students scholarship programa remain UFMS. The results indicate that the government of Luiz Inácio Lula da Silva, have been implemented and/or regulated higher education programs to enable students stay in this level of education, such as the Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Also show that the permanence in public HEIs is not limited to registration, but economic conditions to afford the minimum expenditure required attending the higher education. We conclude that public policies should not only ensure access; also need to provide permanence and completion of the course in which the student is enrolled.

Key words

Higher Education Policy. Programs Remain. Public Universities.

Introdução

Este artigo apresenta como objeto de análise os programas de permanência nas universidades públicas de Mato Grosso do Sul, em específico a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) no período de 2003 a 2010. A pesquisa desenvolveu-se no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior (GEPPEs)², vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

A definição dessa temática teve sua origem no período em que foram desenvolvidas, no GEPPEs-UCDB, duas pesquisas intituladas: a) “Ensino Noturno: Acesso e

Democratização do Ensino Superior”; e, b) “Programas de Permanência do Estudante do Ensino Noturno na UCDB”. Esse estudos estavam vinculados a um projeto mais amplo, que analisava a problemática da expansão da educação superior no Brasil e o ensino noturno como uma das estratégias utilizadas pelas políticas públicas para democratizar o acesso à educação superior.

Observou-se, ao longo dessas pesquisas, que, de modo geral, os programas assistenciais de apoio ao acadêmico, em especial nas Instituições de Educação Superior (IES) privadas, de caráter comunitário e confessional, têm por objetivo contribuir para que o estudante tenha condições de permanência no curso superior de modo a concluí-lo. Verificou-se, também, que o ensino noturno, ao longo dos últimos anos, transformou-se em uma estratégia de acesso à educação superior, pois nele o estudante busca sua formação profissional, enquanto o trabalho remunerado durante o dia, oferece-lhe subsídios financeiros para viabilizar os estudos.

² O GEPPEs funciona desde 1999, e desde sua origem, centraliza seus estudos no campo da educação superior; possui significativa produção científica publicada e/ou apresentada pelos pesquisadores em eventos científicos nacionais e internacionais. Para mais informações acessar o site do Grupo: www.geppes.ucdb.br.

Tendo como base dados de pesquisas anteriores e aquelas realizadas por outros integrantes do GEPPES e juntamente os aprofundamentos teóricos desenvolvidos durante esse período, procedeu-se à continuidade dos estudos, tanto individuais, quanto coletivos, articulados às pesquisas de caráter regional e nacional.

Existem significativas produções e pesquisas científicas sobre o acesso e a permanência dos estudantes nas IES privadas³; no entanto, no que diz respeito aos programas de permanência em IES públicas, percebeu-se a falta de pesquisas referente aos programas implantados, especialmente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Nas IES privadas, o tema mais encontrado no levantamento do “estado da arte” refere-se ao Programa Universidade para Todos (ProUni), como parte dos programas de governo que oferecem bolsas de estudos parciais ou integrais em instituições privadas de educação superior⁴.

Em relação a uma IES pública, entende-se que a questão da permanência não se restringe à matrícula, mas também às condições socioeconômicas para arcar

com as despesas mínimas exigidas para cursar o nível superior, como por exemplo: transporte, moradia, alimentação, vestuário, aquisição de material acadêmico, entre outros.

Em meio a essas informações, questionou-se o papel da educação e principalmente o do governo federal em relação aos programas de permanência oferecidos aos alunos desprovidos de condições para cursar uma IES pública, levando em consideração as dificuldades citadas anteriormente, uma vez que a maioria dos cursos é oferecida no período diurno/integral, e muitos desses alunos, para se manter, precisam trabalhar no período diurno e estudar no noturno.

Delimitou-se, portanto, nesta pesquisa, a questão dos programas de permanência para os estudantes matriculados em cursos de graduação presencial nas IES públicas, no caso, a UFMS, no período de 2003 a 2010, que corresponde ao momento da história política brasileira que se iniciou com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 1º de janeiro de 2003 e o término de seu mandato em 31 de dezembro de 2010.

Para obtenção dos dados, foram realizadas entrevistas por meio de roteiro semiestruturado com alunos que utilizam a Bolsa Ação Permanência ou Auxílio Alimentação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Desse modo, situamos a relevância da temática aqui proposta como continuidade aos estudos desenvolvidos e, em especial, por avançar numa especificidade que ainda está pouco estudada,

³ Para chegar a esta conclusão foi realizado o chamado “estado da arte”, que consistiu no levantamento das produções científicas em alguns bancos de dados, com o objetivo de identificar lacunas nessa produção e definir e delimitar o objeto desta pesquisa. Dados os limites de espaço deste artigo, bem como o seu foco, não é possível apresentar essa discussão no corpo deste texto; as informações completas constam em Souza (2012).

⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3630>. Acesso em: 22 abr. 2013.

pretendendo, assim, contribuir para a ampliação e consolidação dessa área de pesquisa, em desenvolvimento, pelos pesquisadores do GEPPES-UCDB, do Grupo de Trabalho Política de Educação Superior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e da Rede Universitas/Br⁵.

1 Programas caracterizados como de permanência para universidades públicas

O estudo das categorias acesso e permanência relacionam-se ao paradigma da igualdade, uma vez que a gratuidade da matrícula e da mensalidade não é suficiente para garantir o acesso físico e a manutenção do estudante na universidade (SARKIS, 2004).

Sarkis (2004, p. 96) ainda destaca que:

[...] no Brasil, [...] a equidade de acesso só é válida se houver também condições de permanência no ensino superior, que não discrimine as condições sociais, econômicas e culturais do estudante [...], pois, mesmo com a classificação feita no vestibular, à evasão é elevada atingindo mais intensamente as classes sociais menos favorecidas.

Para a permanência relacionada à igualdade, destacamos as políticas públicas que proporcionam aos acadêmicos

a permanência. Não se pode negar que os estudantes da classe trabalhadora ou estudantes de período integral acabam tendo como solução, mesmo que parcial, os programas assistenciais disponibilizados pelas políticas de governo.

Zago (2006) refere-se a um estudo do observatório universitário da Universidade Cândido Mendes revelando que 25% dos alunos universitários são tão carentes que não têm condições de ingressar na educação superior, mesmo que ele seja gratuito. Esses estudantes, para serem incluídos no sistema de educação superior, dependerão bem mais do que a gratuidade. Necessitam de bolsas de estudos, bolsas de extensão, de restaurantes universitários, de moradias estudantis, entre outras (2006, p. 09).

Com o objetivo de minimizar as diferenças raciais e sociais no acesso a uma vaga de educação superior, o governo Lula, em seus dois mandatos, (2003-2006 e 2007-2010) implementou programas de caráter compensatório, como estratégia para assegurar o acesso e a permanência de segmentos historicamente excluídos desse nível de ensino.

Os dados obtidos nas pesquisas anteriores realizadas pelas autoras deste artigo, indicaram que, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foram implementados ou reformulados programas de educação superior para possibilitar a permanência dos estudantes nesse nível de ensino, e os programas identificados foram: a) o Programa de Educação Tutorial (PET); b) Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES); c) Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

⁵ Mais informações sobre o GT Política de Educação Superior da ANPEd e a Rede Universitas/Br, acessar <<http://www.anped11.uerj.br/indexatual.html>>.

(PEC-G); d) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); e) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID); f) Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), g) Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR) h) O Programa de Extensão Universitária (ProExt); i) Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)⁶.

Segundo dados da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PREAE), da UFMS, dos programas mencionados, aqueles que foram implementados pela Universidade, são: PET, PIBIC, PIBID, ProExt, INCLUIR, REUNI, PNAES.

O PNAES⁷, implantado em 12 de dezembro de 2008, é uma das ações oriundas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) elaborado e inserido no primeiro mandato do governo Lula, tendo como objetivo atender aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial, das IFES, visando a promover o apoio à permanência e conclusão dos alunos de baixa condição socioeconômica. O Programa apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Educação Superior

(IFES). O objetivo é

[...] viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. (BRASIL, PNAES, 2010).

Oferece, também, assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o seu desenvolvimento.

2 Programa Bolsa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e sua relação com a Bolsa Ação Permanência e Bolsa Auxílio Alimentação na UFMS

O PNAES é o Programa que possibilita às IFES definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados com recursos financeiros para colaborar na permanência, e a utilização dos recursos repassados é feita de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial.

A consolidação do PNAES pelo Governo Lula reside no reconhecimento de sua importância estratégica para ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, reafirmando os seguintes objetivos contidos no Art. 2º do Decreto n. 7.234/2010:

⁶ As especificidades desses programas não poderão ser abordadas neste artigo, devido à limitação de espaço. No entanto as informações completas podem ser obtidas em Souza (2012).

⁷ O PNAES é o Programa selecionado no âmbito da problemática desta pesquisa, razão pela qual foi disponibilizado o contato com os acadêmicos bolsistas, mediante solicitação formal à PREAE-UFMS.

- I – **democratizar as condições de permanência** dos jovens na educação superior pública federal;
- II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV – contribuir para a **promoção da inclusão social pela** educação. (BRASIL, 2010, [s.p.], grifos das autoras).

O PNAES estabelece que sejam atendidos, prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. Portanto as ações de assistência estudantil estabelecidas pelo PNAES indicam, como prioridade, viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuição para a melhoria do desempenho acadêmico do aluno, contribuindo de forma que minimize as situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição.

Em relação ao financiamento, fica determinado, por meio do Decreto n. 7234/2010 que a verba deve ser repassada às IFES, pois são responsáveis pela implantação das ações e pela definição dos critérios de seleção dos alunos que são beneficiados pelos projetos. Apesar de indicar os eixos prioritários, fica a cargo da universidade distribuir e aplicar a verba.

Conforme Art. 7º “Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º” (BRASIL, 2010, s.p.).

O PNAES, na UFMS, é desenvolvido mediante a **Ação Bolsa Permanência e Ação Auxílio Alimentação**. A Ação Bolsa Permanência integra a Política de Assistência Estudantil da UFMS e destina-se aos estudantes comprovadamente de baixa renda, regularmente matriculados em um dos cursos de graduação presencial da UFMS. O setor responsável na UFMS pelas bolsas é a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PREAE).

Segundo o artigo 2º da Resolução n. 7, de 7 de fevereiro de 2011, da UFMS, em vigor no período de realização desta pesquisa e que aprovou o regulamento da Ação Bolsa Permanência da UFMS, os seus objetivos são:

- I – atender, com prioridade, ao acadêmico de baixa renda, auxiliando-o financeiramente para sua manutenção e do seu curso garantindo, dessa forma, sua permanência na Universidade, ao mesmo tempo em que contribuindo para sua formação integral;
- II – propiciar meio de integração teórico-prática na área de formação do acadêmico;
- III – despertar no acadêmico, hábitos e aptidões compatíveis com sua futura atividade profissional; e
- IV – possibilitar a integração entre o corpo discente, docente, e técnico-administrativo da UFMS.

A Ação Auxílio Alimentação tem por objetivo subsidiar a alimentação dos alunos de comprovada carência socioeconômica dos cursos de graduação, presenciais, da UFMS.

As condições de bolsistas, em atividades de extensão, monitoria ou estágio remunerado, conforme convênio entre a Universidade e outras instituições, transformam-se em uma vantagem para o estudante, pela possibilidade de utilizar computador, internet, espaço físico para estudar, além de estar em contato permanente com a Instituição, pois se sabe o quanto essa condição pode representar para a sua vida acadêmica. Em geral, esses estudantes permanecem todas as jornadas na universidade e apropriam-se com maior intensidade da cultura acadêmica.

3 Resultados das entrevistas e análise dos dados

Os acadêmicos entrevistados para esta pesquisa⁸ foram: o acadêmico A, que tem 23 anos, cursa o 8º semestre do curso de Enfermagem sendo período integral, é solteiro e atualmente mora com os pais, não trabalha e recebe ajuda da família, cuja faixa de renda mensal é de 3 a 10 salários mínimos, cursou todo o ensino médio em escola pública e entrou na universidade com 19 anos, dentro da taxa líquida para Educação Superior.

O acadêmico B concluiu o curso

de Artes, em período integral, no mês de dezembro de 2010, tem 48 anos, é casado, sendo o principal responsável pelo sustento de sua casa, onde residem 6 pessoas vivendo com renda mensal de 3 a 10 salários mínimos, cursou também todo o seu ensino médio em escola pública e entrou na universidade com 43 anos de idade.

Por fim, a acadêmica C cursa o 8º semestre do curso de Enfermagem, período integral, tem 22 anos, casada, não trabalha e recebe ajuda da família, em sua residência moram três pessoas que sobrevivem com renda de 3 salários mínimos, entrou na universidade com 19 anos, tendo cursado todo o ensino médio em escola pública. Essas eram as características do perfil dos estudantes no momento de realização das entrevistas.

Questionado sobre o que significava estudar em período integral, o acadêmico B, que é o principal responsável pelo sustento da família, afirmou:

A partir de quando eu comecei a receber a bolsa a vida facilitou, o primeiro ano era muito difícil para mim, como eu era um artista autodidata eu poderia trabalhar em qualquer horário, então isso aí, unia uma coisa a outra, mas só que é muito difícil, mesmo você sendo um artista, prá sobreviver da sua arte, é uma própria arte, e aí se você não tem tempo para se dedicar você tem que arrumar um jeito, o jeito que arrumei foi de ir produzindo as telas, não tinha muito tempo. [...] Mas foi uma facilidade muito grande pra mim quando recebi a bolsa [...] eu não precisei mais produzir aquelas telas que me custavam muito tempo, **pude**

⁸ Para todos os sujeitos entrevistados foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. (SOUZA, 2012).

me dedicar mais tempo para participar dos programas de extensão dos projetos que a universidade oferecia,

todos que surgiram durante os anos que eu estava dentro da universidade, eu participei, eu consegui participar, então eu tive em 2008 ou 2009 eu tive 408 horas de monitoria da disciplina de pintura, onde pude auxiliar o professor na sala de aula, onde pude auxiliar os alunos fora da sala de aula, também, no ano de 2010 eu pude participar além de um projeto de extensão que foi exposição no corredor da Universidade, participei da monitoria, e pude participar do programa do 2º encontro dos bolsistas permanência que apresentei dois trabalhos e um com a participação do público. (Entrevista, acadêmico B, 2011, grifos das autoras).

O acadêmico relata que, antes da concessão da bolsa, por ser um artista autodidata, poderia fazer o seu próprio horário de trabalho, porém o tempo “vago” de que dispunha durante o período do curso era reservado para a elaboração de novas telas a fim de colaborar no sustento da casa, fato sobre o qual se refere afirmando que “para sobreviver de sua arte, é uma própria arte”, o que deixa claro suas dificuldades financeiras e a falta de tempo para se dedicar aos estudos.

Por meio dessa entrevista, é possível perceber a importância da Bolsa, pois, além de contribuir com recursos financeiros para a permanência e conclusão do curso, proporciona também maior relação com a própria área de estudo do acadêmico, podendo desenvolver planos, projetos,

atividades relacionadas ao interesse de seu curso, colaborando na sua formação.

Sobre os recursos financeiros recebidos pelos acadêmicos, a Resolução n. 7/2011 o Art. 3, parágrafo único, informa que o “[...] valor da bolsa será fixado em 67% (sessenta e sete por cento) do salário mínimo vigente”. Ou seja, por meio da Lei 12.382/2011, o valor do salário mínimo correspondente ao ano em que realizamos a pesquisa era de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais), o aluno bolsista recebia então o valor de R\$ 365,15 (trezentos e sessenta e cinco reais e quinze centavos) por mês⁹.

É esclarecido também a origem dos recursos, no Art. 6 da Resolução 7/2011 “Os recursos financeiros, para o pagamento dos bolsistas, serão do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)”. As vagas para bolsas são disponibilizadas conforme previsão orçamentária do PNAES.

No edital n. 005/2011-PRAE foram disponibilizadas 300 vagas destinadas aos acadêmicos. Os acadêmicos participantes da Ação Bolsa Permanência devem dispor de doze horas semanais para desenvolvimento de atividades de livre opção conforme o perfil, interesse e habilidade de cada um, priorizando sua área de formação, podendo integrar

⁹ Esse valor é correspondente ao ano que em realizamos a pesquisa (2011), hoje por meio do Decreto n. 7.655, de 23 de dezembro de 2011, desde o dia 1o de janeiro de 2012 o salário mínimo passou a ser no valor de R\$ 678,00 (seiscentos e vinte e dois reais). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7872.htm>. Acesso em: 22 abr. 2013.

projetos nas áreas de ensino, pesquisa ou extensão, como também vincular-se às ações que permitam o aproveitamento de suas habilidades nas áreas de cultura e do desporto. Essas atividades são elaboradas junto com um tutor, docente ou técnico-administrativo da UFMS, e constarão do Plano de Atividades, o qual deverá ter ciência do Coordenador de Curso correspondente.

A bolsa me dá o valor de financiamento, e tenho que cumprir uma carga horária, essa carga horária, no nosso currículo em relação ao curso integral, é impossível da gente trabalhar em relação uma unidade, por exemplo, um setor da universidade, então, o planejamento é você que constrói junto com seu tutor, a minha tutora é minha Professora de Enfermagem e eu trabalho com ela, na parte de levantamento bibliográfico, então esse é um serviço que eu posso estar fazendo em um período que não estou em aula, como uma Iniciação Científica. (Entrevista, acadêmico A, 2011).

A escolha do tutor para a supervisão das atividades da Ação Bolsa Permanência é de responsabilidade do acadêmico, o qual não poderá ter vínculo empregatício, formal ou informal, nem mesmo atividade autônoma, ou qualquer outra atividade, durante a vigência da "Ação".

De acordo com o artigo 11 da Resolução n. 7, de 7 de fevereiro de 2011, os candidatos inscritos submetem-se a um processo seletivo dividido em várias etapas, cada uma delas eliminatória e consiste em:

§ 4º I – Preenchimento e análise do questionário socioeconômico; e

II – entrevista ou visita domiciliar, caso haja necessidade.

§ 6º Entre os critérios adotados para seleção levar-se-á em conta:

I – o baixo poder aquisitivo do acadêmico, tendo como critério para recebimento da bolsa, o valor de até um salário mínimo e meio per capita familiar;

II – alcançar, no mínimo, média 5 (cinco) após somatória de todas as disciplinas cursadas no último semestre/ano, com prioridade ao acadêmico que estiver matriculado em maior número de disciplinas;

III – os bolsistas que não alcançarem média 5 (cinco) serão avaliados por equipe técnica específica, que determinará qual procedimento deverá ser adotado;

IV – não será considerado o rendimento escolar para o acadêmico que solicitar o benefício pela primeira vez;

V – a disponibilidade de carga horária, sem prejuízo do desenvolvimento regular das atividades acadêmicas; e

VI – não ser detentor de diploma de curso superior.

Observando os critérios para concessão do benefício, verificou-se, por meio do art 11 da Resolução n. 7/2011, que eles são rigorosos; esse artigo define que um dos critérios para ter acesso à bolsa refere-se à avaliação socioeconômica do candidato. Essa informação foi confirmada pela acadêmica C, quando foi questionada sobre os referidos critérios:

Então, eles têm um questionário enorme que você deve preencher, dados socioeconômicos, um monte de coisas e no final tem uma mini redação que

você faz: (caso você queira colocar coisas que você ache pertinente para sua avaliação coloque aqui). E eu coloquei toda essa questão que eu já tinha te falado, a questão de eu ser mãe [...]. Então, a gente colocou assim, que a gente precisava muito do auxílio alimentação porque nós temos que comer na faculdade. E da bolsa permanência também, que pra gente poder sobreviver além de tudo, tem o detalhe de que o acadêmico da área de saúde é mandado pra fazer estágios em vários lugares de Campo Grande e não é oferecido passe de ônibus, não oferece nada, nem um subsídio, então eu colocava tudo isso, o fato de eu ser mãe e o fato do curso ter essas peculiaridades. Tem a questão do material e roupas, jaleco, porque no hospital você tem que ir de branco, roupa branca, sapato branco. (Entrevista, acadêmica C, 2011).

O acadêmico B também relatou os rigorosos critérios necessários para a concessão da bolsa:

Eram vários critérios, eles perguntam até a sua residência, onde você mora, que tipo de moradia você tem, se é alugado, se é próprio, a renda per capita, eu acho que isso é que influencia né? Os valores que a família recebe por mês, então, eles foram bastante assim, é um critério bastante rigoroso eu acho que isso é fundamental. (Entrevista, acadêmico B, 2011).

Para fazer jus ao recebimento da Bolsa Permanência, o acadêmico tem também, como dever, apresentar Relatório Mensal das atividades executadas no

mês como informações de estágios, eventos, reuniões, entre outros, na Divisão de Apoio e Assistência Acadêmica (DIAA/CAE/PRAE), na Cidade Universitária, ou Comissões Permanentes de Apoio e Assistência Acadêmica (CPACs), nos *campi* e ter presença confirmada nas reuniões de acompanhamento e avaliação previstas pela DIAA/CAE/PRAE e respectivas CPACs.

A Bolsa Auxílio Alimentação, segundo Resolução n. 6, de 7 de fevereiro de 2011, tem como objetivo subsidiar a alimentação dos alunos de comprovada carência socioeconômica dos Cursos de Graduação, presenciais, da UFMS.

O Auxílio financeiro mensal repassado ao acadêmico é de 33% (trinta e três por cento) do salário mínimo vigente, ou seja, R\$ 179,85 (cento e setenta e nove reais e oitenta e cinco centavos) correspondente ao salário mínimo vigente no ano de 2011.

O auxílio alimentação, ele não tem assim uma obrigatoriedade em relação à carga horária como a bolsa permanência, mas você recebe o benefício hoje em dinheiro, que ano passado era em cartão de alimentação, então você só poderia utilizar ele em alguns lugares restritos, hoje com o dinheiro você pode almoçar onde quiser, mas não temos a obrigatoriedade em relação a carga horária. O valor corresponde a R\$ 8,30 por dia. Isso aí é praticamente a salvação do mês. (Entrevista, acadêmico A, 2011).

Uma alimentação saudável contribui para a melhor qualidade de vida, e essa alimentação está relacionada diretamente ao estilo de vida do indivíduo. A falta de

cuidados com a alimentação pode interferir no desempenho intelectual, aumentando os riscos de déficit de memória e até de doenças degenerativas¹⁰. O aprendizado acaba sendo comprometido para aquele acadêmico que não usufrui de uma alimentação saudável, colocando em risco sua formação.

Alguns estudos revelam que os principais determinantes das escolhas alimentares realizadas pelos jovens universitários são a falta de tempo disponível, a conveniência, o custo, o sabor, o estado de saúde, o ambiente social e físico, bem como as preocupações com o controle de peso corporal. [...] A ingestão alimentar dos estudantes universitários normalmente não satisfaz as recomendações para a maioria dos grupos de alimentos e para os principais micronutrientes, o que constitui motivo de preocupação para profissionais de saúde uma vez que os comportamentos, crenças e conhecimentos sobre a alimentação desenvolvidos e exibidos durante este período de vida podem repercutir-se na idade adulta e influenciar o estado de saúde futuro. (MARTINS, 2009, p. 3-4).

A universidade configura um lugar de ensino e aprendizagem autorresponsável que promove um verdadeiro choque de mudanças na vida de muitos jovens que se afastam de casa e mudam amplamente seus hábitos devido ao afastamento

do ambiente familiar, principalmente os acadêmicos com dedicação exclusiva, cujo curso é de período integral.

Dessa forma, muitos hábitos novos são adquiridos e reforçados nessa fase, refletindo num parâmetro para o estilo de vida relacionado à saúde que esses acadêmicos podem levar para o resto de suas vidas ou neles permanecer por tempo suficiente para afetar a sua saúde, tanto positivamente, quanto negativamente. Nesse sentido, expressa-se a importância do Auxílio-Alimentação, que proporciona uma refeição adequada por meio de subsídios financeiros.

Além disso, outras dificuldades foram apontadas pelos entrevistados:

Dificuldade eu consideraria mais o financeiro mesmo, porque em outros aspectos a Instituição é bastante aberta para você, livros, por exemplo, livros didáticos que eu até hoje não adquiri nenhum, apesar de a gente precisar, mas eu não adquiri porque na universidade tem a biblioteca, você pode estar pegando os livros, né, mas as dificuldades encontradas mesmo até agora foi essa questão, é alimentação que pegou bastante desde o primeiro ano que é integral, é a parte de roupa branca, porque você precisa realmente, estar no estágio de roupa branca, né, jaleco, todos os trabalhos tem que estar impresso, então são esses gastos, né que a gente tem durante o decorrer da universidade. (Entrevista, acadêmico A, 2011).

Como se pode observar, o acadêmico A relatou como sua principal dificuldade as condições financeiras e levanta como

¹⁰ Disponível em: <<http://esclerosemultipla.wordpress.com/2008/05/12/alimentacao-e-atividade-cerebral/>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

questão a necessidade da alimentação, aquisição dos materiais, roupas, trabalhos impressos, porém, por meio da bolsa ação permanência e auxílio alimentação, esses materiais solicitados no decorrer do curso, podem ser adquiridos. É o que se verificou em sua entrevista quando questionado sobre como superou essas dificuldades: “Superei com a ajuda da bolsa, do programa de permanência”.

A acadêmica C, quando questionada se encontrou outras dificuldades além da financeira, relatou:

Encontro dificuldades, porque no meu caso, além da dificuldade de ser integral e não ter tempo de trabalhar, eu sou casada, eu casei no primeiro ano da faculdade, e tive filho no segundo ano da faculdade, e meu marido, ele ainda não entrou na faculdade, curso superior, ele voltou a estudar depois do casamento, portanto, está terminando o ensino médio, vai prestar o vestibular ainda este ano, então o salário que ele recebe no trabalho de nível médio não é um salário muito bom, então pesa para sustentar uma família e me sustentar, vamos dizer assim, na faculdade, com relação às coisas da faculdade. É difícil, é meio perigando mesmo, a gente vende o almoço pra comprar a janta. (Entrevista, acadêmica C, 2011).

Além das dificuldades enfrentadas dentro do campo acadêmico, existem também as dificuldades do cotidiano, as obrigações dentro de casa, como mãe e ainda com o curso que é de período integral. A acadêmica C afirmou: “Se com o benefício já é difícil, não gostaria nem

de imaginar se não tivesse ele”. Essas são questões de políticas educacionais que, de acordo com Saviani, são situadas no âmbito das políticas sociais:

Política Educacional diz respeito, pois, às medidas que o Estado, no caso, o governo brasileiro, toma relativamente aos rumos que se deve imprimir à educação no país. No âmbito do organograma governamental, essas medidas se situam na chamada ‘área social’, configurando, pois uma modalidade da ‘política social’. (SAVIANI, 2004, p. 1).

Quando se investigam as políticas educacionais, é necessário analisar as medidas como leis, decretos, resoluções, planos e programas que o Estado, e de modo específico, o governo brasileiro formula e implementa em relação à educação do país, e que estarão situados no contexto das políticas sociais, as quais compreendem, num sentido mais amplo, a política educacional, a assistência e a previdência sociais, a saúde, o lazer, entre outras.

A expansão do PNAES nas instituições de educação superior públicas abriu portas para estudantes que têm dificuldades em permanecer na educação superior. O Programa atende aqueles que necessitam da bolsa, ou seja, necessitam da colaboração do governo federal não apenas para o acesso, mas para garantir a conclusão do curso superior.

As transformações ocorridas no mercado de trabalho levam estudantes, cada vez mais, a procurarem vagas em uma IES pública, pela garantia do acesso gratuito e de qualidade. Muitos acreditam

que, passando na “temida” seleção para o acesso à universidade, têm seus problemas acabados, como se verificou ao se realizar a entrevista com o Acadêmico B, quando ele afirmou:

[...] na hora que passei no vestibular, não me passou pela cabeça, somente quando entrei, quando as aulas começaram fui me dando conta de que passaria dificuldade se eu não fizesse nada para arcar com as despesas, mas deu tudo certo, graças à bolsa. (Entrevista, acadêmico B, 2011).

A universidade pública deve atender a todos sem distinção, e, primordialmente apresentar os programas de bolsas oferecidos pelo governo federal, que, amplamente divulgados, provocam expectativas naqueles que, ao entrar em uma IES pública, se deparam com dificuldades para permanecer e buscam todo recurso para a conclusão de seu curso.

Para efeito de análise comparativa, recorre-se à pesquisa realizada por Veloso e Almeida (2002) na qual investigam os cursos de graduação, com foco na análise da evasão, tendo como campo de estudo a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). As autoras afirmam que um dos motivos do abandono do aluno é a falta de tempo para poder trabalhar e estudar e, por isso, acabam optando pelo trabalho, pois necessitam contribuir com o sustento da família. Os Coordenadores de Curso entrevistados por Veloso e Almeida (2002) relataram que:

[...] o aluno evadido, [...] é o trabalhador aluno, aquele que necessita trabalhar para sua sobrevivência e que, **no**

momento que não encontra no ambiente universitário condições para a sua permanência, opta pelo abandono do curso. (VELOSO; ALMEIDA, 2002, p. 146-147, grifos das autoras).

Essa mesma dificuldade foi detectada nesta pesquisa. Em um determinado momento da entrevista, o acadêmico B levantou a questão que confirma o que foi relatado pelas autoras mencionadas:

[...] a UFMS, mesmo sendo uma universidade federal sem mensalidade, é complicado a permanência para quem não tem uma bolsa de estudos, principalmente para o meu curso que era de período integral, e mesmo que fosse noturno, eu acho que o aluno que trabalha durante o dia e estuda durante a noite é muita carga para o aluno, é mais difícil ainda a absorção do conteúdo que o curso oferece. (Entrevista, acadêmico B, 2011).

Continuou relatando sobre a experiência de sua filha:

A minha filha, que está terminando o curso de administração agora, e acho que é uma conquista muito grande pra ela, por ter trabalhado durante esse período todo que ela estava estudando. E ela não trabalhou com um salário bom, ela trabalhou como estagiária, então não tinha um salário bom, não tem benefício nenhum, não conta tempo como benefício de INSS não tem recolhimento de nada disso, foram 4 anos da vida dela recebendo o que praticamente uma bolsa paga, só que como esse aluno que trabalha de estagiário em uma em-

presa qualquer que tem as mesmas exigências que os outros funcionários tem, vai chegar na universidade à noite e poder estudar? E que horário ela pode se dedicar? Ela está conseguindo se formar, mas eu não sei se o aprendizado dela é suficiente para que o curso ofereceu, porque eu acho que o aluno que trabalha durante o dia e estuda durante a noite, é muita carga para um aluno. Então se ela tivesse participado de um programa desses, se ela tivesse a sorte de ter participado de um programa como esse, ela teria muito mais condição de se dedicar ao curso e hoje estar se formando em administração com mais competência para se inserir no mercado de trabalho. Além da competição, tem o problema da vivência também, porque não sobra tempo para o indivíduo se relacionar, ter convivência, às vezes passa 4, 5 anos da vida só estudando e trabalhando e não tem tempo para ela mesmo, então o tempo passa né. (Entrevista, acadêmico B, 2011).

Com este relato, fica evidente a importância de Programas que colaboram para permanência no curso superior, tanto para o estudante do período diurno, quanto para o estudante do período noturno. O programa em análise possibilita dedicação ao curso, aprimoramento naquilo em que está se profissionalizando, recursos para colaborar no sustento financeiro, entre outros, pois ambos passam por dificuldades socioeconômicas no decorrer do curso, o que pode enfatizar a desistência. Por meio desse relato, a questão do período noturno é levantada, demonstrando que os acadê-

micos que frequentam uma IES no período diurno em determinado aspecto são diferentes dos frequentadores do período noturno. De acordo com Bittar, Almeida e Veloso (2008, p. 92):

Ressalta-se que a forma de organizar o ensino no período noturno não pode ser igual à do período diurno, principalmente ao se considerar o perfil dos alunos que frequentam tais cursos e que se configuram, na grande maioria como estudantes-trabalhadores. Nesse sentido, os cursos noturnos deveriam ter uma organização específica e um modo de funcionamento diferente daquele que se imprime aos cursos diurnos, os quais recebem uma demanda com diferenças significativas em seu perfil.

Porém todas as pessoas, independentemente de suas condições econômicas, têm direito de frequentar a educação superior e no período pelo qual optar. Garantir a permanência dos estudantes nos cursos de graduação é essencial para uma universidade.

Muitos acadêmicos que não recebem os benefícios oferecidos pela Instituição não teriam condições para cursar a educação superior; foi o que se pôde observar por meio dos relatos acadêmicos, quando perguntados: "Sem a concessão do financiamento que utiliza, seria possível concluir o curso superior? Por quê?".

Olha por eu ter provado o saber de estudar novamente, eu não iria desistir, mas eu tenho certeza que a minha dificuldade seria muito grande, seria muita dificuldade, quando comecei

o curso eu já imaginava assim: puxa será que eu vou aguentar 4 anos dentro da universidade? E hoje estou tranquilo porque já terminei, graças a Deus, acho que seria muito difícil. Eu tenho certeza que esse programa, ele vai se tornar uma coisa muito mais importante ainda, porque eu acho que ele vai conseguir abranger um número maior de acadêmicos, e vai se organizar de uma forma que vai poder contribuir mais com os acadêmicos, que vai poder, participar mais, que vai envolver eles e torná-los capazes de já sair da universidade inseridos no mercado de trabalho. Acho que esse deve ser o papel principal da instituição, não só ensinar, mas, proporcionar a inserção no mercado de trabalho. (Entrevista, acadêmico B, 2011).

A acadêmica C, quando questionada em relação a conclusão do curso caso não fosse contemplada com a bolsa, relata:

Olha não é assim, nossa! Mas quebra um galho, [...] a renda do meu marido se não tivesse a minha renda, para fazer essas coisas extras da faculdade, já nossa, meu Deus o que vou fazer, ele já está lá para comprar leite, sustentar a casa, me ajuda, no que precisa na faculdade, e ajuda, nossa, 100% alimentação então, a que eu sinto mais repercussão é a bolsa alimentação, porque antes disso era muito difícil, não tinha como, a gente fazia vaquinha para comer salgado, tinha vezes que a gente não comia [...]. (Entrevista, acadêmica C, 2011).

Diante do fenômeno da globalização e das pressões do mundo do trabalho, o

que também vem incomodando os acadêmicos é sua inserção no mercado e a importância da qualificação profissional para inserir-se no campo e melhorar o orçamento familiar. Essa pressão do mercado de trabalho é uma das características do processo de globalização. De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2008, p. 115):

A globalização é uma tendência internacional do capitalismo que, com o projeto neoliberal, impõe aos países periféricos a economia de mercado global sem restrições, a competição ilimitada e a minimização do Estado na área econômica e social. O resultado mais perverso desse empreendimento tem sido o crescimento do desemprego e a exclusão social.

Os autores afirmam ainda que a “[...] desqualificação passou a significar exclusão no novo processo produtivo” (2008, p. 110). Segundo Martins (1994), nessa ótica economicista, a educação pode ser vista como ponto de partida para transformações na sociedade, uma vez que tem em si o *locus* privilegiado para a construção de um novo paradigma.

Quando questionada sobre as expectativas com o término do curso, a acadêmica C afirmou:

Eu tenho amigos que pensam assim, eu vou fazer um mestrado, eu quero, eu gosto muito de pesquisa, desse primeiro ano eu poderia ter aproveitado mais, mas eu comecei a gostar mais no terceiro ano, eu queria realmente sair, e fazer o mestrado, especialização, mestrado essas coisas, estão no meu coração de verdade, mas agora como

estou, nessa situação estou pretendendo procurar trabalho, urgentemente, concurso, eu penso assim, fazer concurso, entrar, estabilizar, e aí me afastar para um mestrado, ou antes do concurso se eu tiver condição para fazer uma especialização também não sei se vou ter. Sabe, porque aí tá nisso, você faz um concurso agora, e aí junto com você tem uma pessoa que tem a pós-graduação, aí a pessoa entra e você não, então, seria bom fazer uma pós-graduação sim, mas e o dinheiro para fazer a pós? Só com o emprego. Mas eu tenho tudo isso em mente, minha expectativa então assim que me formar é ir para o mercado de trabalho. (Entrevista, acadêmica C, 2011).

Tendo em vista que a educação superior apresenta para esses estudantes um investimento para ampliar suas chances no mercado de trabalho cada vez mais competitivo, os estudantes procuram se dedicar o máximo possível para obter uma boa qualificação.

Como afirma Terribili (2007, p. 51):

Atualmente vê-se nos cursos de graduação e, sobretudo, na obtenção de diploma de curso superior, o mais provável viabilizador da inserção no mercado de trabalho em nível mais elevado, capaz de trazer ao estudante, uma melhor condição de vida, uma mudança na sua condição socioeconômica.

Ainda de acordo com o autor, a “[...] agregação de conhecimentos obtidos durante o curso superior, o diploma, a riqueza da vivência pessoal e os relacionamentos estabelecidos com colegas e professores

[...]”, podem propiciar ao estudante melhores condições para concorrer a uma vaga no mercado de trabalho, após a conclusão do curso superior.

Diante dessas exigências do mercado de trabalho, torna-se elucidativo o relato do acadêmico B quando questionado se houve momentos em que teve que fazer uma escolha entre interromper os estudos ou continuar trabalhando:

Não, porque a universidade é realmente um universo novo e ela abre uma nova porta na vida do ser humano, eu gostaria que todas as pessoas que entrassem na universidade tivessem essa visão, é uma pena porque às vezes a gente observa; principalmente a Universidade Federal, não é fácil você entrar em uma universidade, mas se não é fácil você entrar, é muito mais difícil ainda você terminar o curso. (Entrevista, acadêmico B, 2011).

Apesar de todas as dificuldades, as respostas fornecidas pelos alunos indicaram que eles chegaram ao final do curso satisfeitos, pois realizaram mais um sonho, que é apenas o início de tudo, que não desejam parar, mas continuar estudando. Em relação a essa afirmação, o acadêmico B que concluiu seus estudos em dezembro/2010 confirma respondendo, quando questionado: O que significa concluir um curso superior?

O meu curso não foi licenciatura, foi bacharelado, mas através do conhecimento adquirido dentro da instituição eu tenho capacidade hoje e tenho um título que eu posso utilizar e que me garante estar ministrando aula

com capacitação, com conhecimento, com, é, autonomia, **uma coisa é você dizer: eu ensino o que eu aprendi no dia a dia da vida, outra coisa é você dizer que eu ensino o que aprendi no dia a dia da vida, mas com o curso de graduação em uma universidade, numa instituição seja ela, pública ou privada.[...]** (Entrevista, acadêmico B, 2011, grifos nossos).

A educação superior é o caminho para aqueles que veem nela o reconhecimento social, a formação profissional e a obtenção de um diploma, e procuram alcançar esse objetivo estudando em uma IES que lhes proporcione condições financeiras para arcar com os estudos.

Os acadêmicos entrevistados afirmaram que efetivamente, sem a concessão da bolsa, a conclusão do curso seria muito mais difícil, impossibilitando de chegar ao último semestre; por meio dos relatos foi possível perceber que esses acadêmicos fizeram o real aproveitamento dos recursos destinados a eles.

Pode-se concluir esta parte do artigo com o trecho da entrevista do acadêmico B, em relação à importância da conclusão do curso superior, no qual afirma:

[...] eu pretendo, tenho muita vontade de conseguir fazer um mestrado, se eu conseguir eu não quero mais me desligar da área da educação porque eu acho que ela mudou a minha concepção de vida, mudou a minha relação com as pessoas, mudou a minha relação com a minha família, então eu acho que ela só trouxe valores para mim, **o estudo na universidade só me trouxe valores**

que são assim valores que não tem dinheiro que pague, que são coisas não só ligadas a área do conhecimento específico, mas a área da educação da sua compreensão de vida da sua, da sua relação com o ser humano. **A educação transforma**, aí é um ponto importante eu acho. Eu gosto do que eu faço, sei que posso viver uma vida digna com o meu trabalho, com o que eu ganho. (Entrevista, acadêmico B, 2011, grifos das autoras).

Melhorar as condições do ensino como um todo, significa melhorar as próprias condições educacionais e as do país; os programas de permanência caracterizam-se como passo importante no processo de formação do estudante, sendo para alguns, inclusive para os que cursem uma IES pública, a única forma de concluir a educação superior.

Considerações Finais

Por meio das entrevistas realizadas com estudantes que utilizaram os recursos oriundos do PNAES, foi possível perceber a importância deste como programa de permanência; as barreiras relatadas por eles, são recorrentemente percebidas como desafios ou até mesmo estímulos.

O traço comum entre esses acadêmicos são as necessidades e as formas com que driblaram as limitações, para impulsionar as chances da conclusão que são resultantes de escolhas voluntárias, buscas individuais de superar limitações estruturais, que evidenciam a característica da sociedade capitalista, desigual e excludente.

A implantação do PNAES representa

um marco para a educação superior e para a vida desses acadêmicos, pois os estudantes de baixa condição socioeconômica acabam abandonando o curso em decorrência da insuficiência de recursos financeiros para sua manutenção, sendo então, obrigados a submeterem-se a subempregos de baixa remuneração como recurso de sobrevivência, abandonando, em alguns casos, em definitivo, a chance de qualificação profissional.

Conclui-se, por fim, que a questão da permanência demonstra um desafio

para a educação superior, pois as políticas públicas implementadas ao longo dos anos conduziram a resultados pouco significativos de alunos que concluem seus cursos, levando à compreensão de que os desencontros entre a legislação e a realidade indicam a necessidade de ações efetivas por parte do poder público estatal para os estudantes que frequentam as IES públicas. Pode-se afirmar que o acesso somente se efetivará se um conjunto de ações favorecerem a permanência dos alunos e garantirem o término de seu curso.

Referências

BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Ensino noturno e expansão do acesso de estudantes-trabalhadores à educação superior. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Orgs.). *Educação Superior no Brasil: 10 anos Pós-LDB*. Brasília: Inep, 2008. p. 89-110.

BRASIL/PNAES. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 jul. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 14 jan. 2012.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, Clélia. *O que é política educacional*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MARTINS, Margarida João R. de Liz. *Hábitos alimentares de estudantes universitários*. Porto, Portugal: Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação, Universidade do Porto, 2009. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/54753/1/132680_09112TCD112.pdf>. Acesso em: 23 maio 2012.

SARKIS, Paulo Jorge. Equidade de acesso à educação Superior: o caso da UFSC. In: PEIXOTO, Maria do C. de Lacerda (Org). *Universidade e democracia: experiências e alternativas para ampliação do acesso à universidade pública brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SAVIANI, Dermeval. *Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional*. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SOUZA, Débora Juliana de. *Política de Educação Superior e os Programas de Permanência para Universidades Públicas* – um estudo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – 2003-2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012.

TERRIBILI FILHO, Armando. *Ensino superior noturno no Brasil: estudar para trabalhar ou trabalhar para estudar?* v. 4, n. 7, 21 de fevereiro de 2007. Disponível em: <<http://www.odiseo.com.mx/2006/07/terribili-ensino.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

UFMS. *Resolução n. 6*, de 7 de fevereiro de 2011. Aprova o regulamento da Ação Auxílio Alimentação para os alunos dos cursos de graduação, presenciais da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UFMS, 2011. Disponível em: <[http://www-nt.ufms.br/#ufmsGallery-picture\(12\)](http://www-nt.ufms.br/#ufmsGallery-picture(12))>. Acesso em: 18 abr. 2012.

_____. *Resolução n. 7*, de 7 de fevereiro de 2011. Aprova o regulamento da Ação Bolsa Permanência da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2011. Disponível em: <<http://www.prae.ufms.br/?section-norm&itemId-57>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

_____. PREAE. *Editais n. 005/2011*. Seleção de Acadêmicos para participação nas ações Bolsa Permanência e auxílio Alimentação. Disponível em: <<http://www.prae.ufms.br/manager/titan.php?target-openFile&fileId-545>>. Acesso em: 08 fev. 2012.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; ALMEIDA, Edson Pacheco. Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá – um processo de exclusão. *Série-Estudos*, Campo Grande, n. 13, p. 133-148, 2002.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro/Campinas, v. 11, n. 32, p. 260-370, 2006.

Recebido em março de 2013

Aprovado para publicação em abril de 2013